

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI



Joaquim Azevedo

Queria, em primeiro lugar, saudar todos os presentes e agradecer o convite que me endereçaram para falar de algo que é um pouco difícil. Falar sobre o futuro é sempre ousado porque ninguém conhece o futuro e, portanto, vir aqui falar sobre o futuro revela, da mesma forma, alguma ousadia da minha parte.

Vou tentar falar sobre o futuro numa lógica de construir grandes linhas de reflexão. Portanto, não me vou referir, em particular, a nada da situação presente, vou tentar traçar algumas linhas do que me parece ser o mundo de hoje e as grandes linhas dos tempos que se avizinham, de modo a que, depois, durante este tempo em que o congresso decorre, possam ter presentes algumas dessas linhas de força sobre o que irá ser o futuro e “Os Desafios da Educação para o Século XXI”.

E faço-o sob que ponto de vista? Faço-o a partir duma experiência pessoal, a partir da experiência que tenho tido e que tem a ver com a minha formação inicial, com a minha presença numa escola como professor e presidente do conselho directivo, como director geral e membro do governo na área da educação e, agora, como alguém que está ligado ao lado de lá, isto é, àquilo que são os pedidos das empresas e à realidade das empresas no que diz respeito à educação e à formação. Faço-o, então, numa lógica estritamente pessoal. É a minha reflexão, a minha proposta, e nada do que vou dizer é mais importante do que aquilo que cada um diz, é apenas um arranjar de ideias que pode ficar aqui como fundo para a vossa reflexão.

Vou focar três grandes áreas, mas sempre na perspectiva da educação, porque se estivéssemos a falar de outros aspectos esta visão podia ter contornos diferentes.

Uma **primeira** tentando caracterizar os tempos que vivemos: trata-se de falar um pouco dos tempos de transição sócio-cultural que hoje vivemos. Num **segundo** momento tecerei algumas críticas àquilo que é o modelo escolar hoje, o modelo dominante, o chamado modelo moderno da educação escolar, e tentarei enunciar alguns aspectos críticos de reflexão e deixar no ar alguma reflexão sobre essa matéria. Em **terceiro** lugar, abordarei algumas medidas de força sobre o futuro da educação, alguns desafios, alguns dilemas que a educação vai enfrentar num futuro próximo e face às quais temos que ter algumas ideias, algumas propostas e algumas acções.

Começando pelos aspectos desta **transição sócio-cultural**. Temos que tentar dissecar um pouco melhor aquilo a que alguns chamam sociedade da informação, abrir essa realidade e tentar ver o que há lá dentro, saber de que é que estamos a falar quando falamos de sociedade da informação ou de transição de paradigmas. Eu vou referir alguns aspectos, talvez uns dez ou doze aspectos daquilo que é este tempo de transição. Em primeiro lugar eu costumo dizer que nós vivemos tempos de alguma orfandade em relação a ideias, a ideologias completamente formatadas, a visões do mundo muito claras, construídas com princípio, meio e fim que nos permitam situarmos. Se alguma dificuldade tínhamos em perceber o mundo, havia, no entanto, contextos, gavetas ideológicas onde nós mais ou menos nos arrumávamos, que podíamos consultar e verificar se estávamos mais ou menos seguros ou secundados por essas ideologias e por essas visões integradoras do mundo. Hoje, a esse nível, temos certamente uma visão bastante diferente, têmola de uma forma muito imprecisa e quebrada. É claro para mim que o século XXI começou em 1989, e a partir daí, temos uma realidade muito diferente que estoura a cada momento em novas realidades, em novos contextos, e um deles é o chamado impacto das novas tecnologias da informação. Não é

só uma questão de moda falar nisso. De facto, no nosso dia a dia, há profundas implicações, consequências directas do uso generalizado das novas tecnologias da informação e da comunicação e, sobretudo, no dia a dia das crianças desde o momento em que nascem, não só a um nível genérico mas, em particular, com o computador e a televisão.

Vivemos tempos fragmentados, não temos uma clara consciência do que se passa no mundo e à nossa volta. Um filósofo espanhol dizia "não sabemos o que se passa", e é exactamente isso, temos muita dificuldade em construir uma visão com princípio meio e fim, temos uma percepção do mundo muito fragmentada, e temos alguma dificuldade em ordenar, em hierarquizar. E admito que as crianças ainda tenham mais dificuldade em relacionar os factos, em hierarquizar aquilo que vêem. Elas têm acesso a centenas, a milhares de informações todos os meses, todas as semanas, todos os dias, e a quanto mais informação se tem acesso mais se esquece, o que é natural e salutar.

Por outro lado, além da fragmentação, temos um mundo muito mais plural, há um maior entrecruzamento de culturas, mesmo em termos europeus, e vivemos num tempo de muito maior pluralismo cultural nas nossas democracias ocidentais, pluralismo este que muitas vezes também tem um outro lado chamado relativismo. Isto é, há uma espécie de consciência de que vivemos tempos em que o sentido do respeito pelo outro, da tolerância e do pluralismo está mais alargado que nunca e, então, a esta realidade tem vindo colado um relativismo muito grande, quase como se tudo valesse mais ou menos o mesmo, como se não houvesse hierarquia, nomeadamente ao nível dos valores, das acções, das atitudes.

Ora isto também não é uma realidade muito habitual. Eu, pelo menos – e não sou assim muito velho – cresci num contexto onde esses problemas não se punham: tudo estava mais ou menos claro e sabíamos os valores que existiam e que tínhamos que seguir. Hoje, este contexto plural é um contexto que coloca desafios novos e que, nesse sentido, não vai regredir. Portanto, a esse nível vamos ter o mundo a progredir, e o pluralismo e o respeito e a tolerância vão certamente ganhar mais espaço nas nossas sociedades mas, ao mesmo tempo, vão-se colocando questões novas em termos do relativismo e em termos do que é, por exemplo, politicamente correcto em termos da tolerância. Há um discurso do que é politicamente correcto que eu acho que muitas vezes enferma de muitos erros, de muitos vícios, e mais valera que fossemos politicamente incorrectos nessas matérias.

Outra realidade de que se fala todos os dias é a realidade da globalização da economia, bem como da cultura e da política. Há, de facto, uma globalização crescente da nossa vida, com vantagens muito interessantes, por exemplo, ao nível da consciência de que vivemos todos sobre o mesmo planeta, de que não vivemos cada um no seu canto, sem termos nada que ver com os que vivem no outro canto. Vivemos no mesmo planeta e com os mesmos problemas, responsáveis pela sobrevivência uns dos outros, cada vez mais co-responsáveis. Percebemos que o mundo tem pela frente desafios de articulação a nível mundial que tem de ser capaz de superar e que nem a ONU consegue, hoje, ser um organismo capaz de enfrentar os desafios e a complexidade da regulação mundial desta história, desta convivência e desta consciência de que temos que salvaguardar a nossa vida em conjunto e de que todos somos responsáveis por isso.

Por outro lado, isto traz consigo efeitos perversos. A globalização traz, atrás de si, um afastamento muito claro entre uma realidade de países mais desenvolvidos e uma realidade de países mais subdesenvolvidos. Há um fosso que aumenta, há desigualdades que progridem. Mas, ao mesmo tempo, há uma harmonização mundial, há aspectos em que claramente se caminha no sentido de uma convergência a nível internacional, há aspectos de convergência entre os sistemas educativos a nível internacional, e a nível europeu isso talvez seja ainda mais claro por força desta integração comunitária e da construção duma Europa cada vez mais alargada, que neste momento dá a primazia aos aspectos económicos, mas que arrasta necessariamente atrás de si importantes aspectos políticos e culturais.

Esta globalização, não sendo uma fatalidade, é uma realidade que mexe com o nosso quotidiano, sobretudo ao nível do consumo. Nós consumimos cada vez mais produtos globais e cada vez mais informação dada globalmente, e isso não deixa de ser preocupante ao nível da nossa

localidade e da nossa identidade. Quem somos? Onde estamos? Como é que construímos a nossa visão de mundo? Eu penso que é por aí que se tem que caminhar: uma identidade é realizada localmente. Mas temos que ter uma clara percepção de que o mundo é muito mais e que, em simultâneo, somos local e globalmente responsáveis.

Este desafio é muito difícil de conciliar, nomeadamente num contexto em que permanentemente crescem guerras entre locais, entre localidades, entre vizinhanças, e não já guerras globais. Neste contexto, o desemprego assume, também, uma particular importância. Como sabem, há perto de quarenta milhões de desempregados ao nível dos países da OCDE. Ao nível da Europa dezoito, dezanove, vinte milhões são uma realidade. É claramente um desemprego estrutural. No final dos anos 70, princípio dos anos 80, pensávamos que era um desemprego conjuntural que poderia vir a dissipar-se, mas é hoje claro que há aqui um desemprego estrutural. Esse é um problema grave, que tem que merecer a maior atenção: não só o desemprego, mas também o emprego precário que afecta muita gente. E friso este aspecto particularmente por causa da forma como isso afecta os jovens. Hoje, os jovens pensam o seu futuro em termos profissionais de uma forma muito diferente da forma como eu, por exemplo, pensei o meu futuro. O mundo do emprego é um mundo muito imprevisível, a própria vida das empresas é muito imprevisível, no contexto da globalização. Hoje uma empresa está aqui, amanhã está acolá. Hoje uma empresa faz sentido e o mercado faz sentido, amanhã é absorvida por outras e deslocalizam-se quer os produtos, quer os mercados. Portanto, é muito difícil a um jovem com quinze, dezasseis ou dezassete anos, ou até a frequentar o ensino superior, arquitectar uma trajetória profissional. Não haverá ninguém, a não ser uma elite muito pequena, que possa pensar o seu futuro com alguma solidez e dizer que vai fazer o trajecto tal, que vai passar por ali ou que vai trabalhar em determinada área. Não é possível afirmar isso: nem onde vai trabalhar, nem por quanto tempo, nem em que emprego, nem quantos empregos terá na vida, nem quantas actividades profissionais terá que desempenhar. A este nível, o contexto é altamente precário: é, como eu costumo dizer, o voo de borboleta, são voos profissionais!

E a escola? Como é que a escola reage perante isso? Como é que a educação se coloca perante esta nova realidade, tendo presente que ninguém vai ter trajetórias profissionais estáveis? Nós, na Associação, entrevistamos, recrutamos, formamos centenas de jovens, e nenhum deles se apresenta com qualquer espécie de segurança sobre o futuro profissional. Esta questão do desemprego e da precaridade dos vínculos contratuais traz também consigo uma grande segmentação e dualização do mercado de trabalho e da sociedade. Cada vez mais me parece que se cava um fosso entre os que têm algum emprego e alguma estabilidade, e que trabalham cada vez mais e mais horas, e o conjunto dos que vivem numa grande rotação. Os mais qualificados estão neste primeiro nível e os menos qualificados no outro. E há aqui claramente uma dualização que se começa a vincar cada vez mais e que ao encontro daquilo que Robert Roich referia no seu livro, que os analistas simbólicos são os que têm um futuro, são os que têm grande qualificação, capacidade de pensar no mundo e de manipular os símbolos de hoje, e depois os outros, os que fazem as tarefas rotineiras, e que são muitos e muitos e muitos. Por exemplo, no Japão há emprego estável, mas é para um pequeno núcleo, depois há emprego instável para um grande núcleo, e esta realidade parece que se está a passar ao mundo todo. Penso que, no caso português, o problema tem ainda mais gravidade por causa dos abandonos escolares precoces. Nós ainda temos, segundo os dados mais recentes do Departamento do Ministério que trata destas matérias, cerca de trinta mil abandonos escolares por ano, apesar do decréscimo verificado – eram noventa mil no início da década. Mas trinta mil, apesar de tudo, é um número muito elevado, sem contar com aqueles que frequentaram a escola até à idade prevista, mas que a abandonam sem qualquer qualificação. E isto tem a ver com a tal dualização. Estas pessoas que nós estamos hoje a deixar sair e a deixar ingressar na sociedade, são pessoas que vão ter um futuro muitíssimo marcado, muito estigmatizado do ponto de vista social. Podemos estar a construir uma sociedade que tem boas condições para um grande número, mas que depois apresenta uma franja com muita dificuldade em ter alguma rede de suporte em termos sociais e, como sabem, isso é sempre factor de insegurança e de violência.

A mudança existiu sempre na história da humanidade. Aliás, o mundo é claramente composto por mudança: sobre a própria já existiu vida, já se desfez e já se reconstruiu várias vezes. Portanto, é natural que lendo a evolução do mundo e da vida a essa luz tenhamos consciência de que sempre houve mudança, mas hoje a mudança acelerou, e é essa realidade de grande mutação que marca muito a educação. E, neste contexto, percebemos que a formação é qualquer coisa que tem que ser mantida ao longo da vida, a formação inicial já não é o telhado. No meu tempo, a licenciatura era o telhado, era o cume da casa, era o sítio de onde se via tudo à volta. Hoje, é a primeira pedra, é o princípio da construção do edifício. Há, efectivamente, uma necessidade muito grande de nos irmos formando e informando ao longo de toda a vida. Podemos, provavelmente, acrescentar muitos aspectos, como por exemplo os requisitos de qualidade. Cada vez as pessoas são mais escolarizadas e, conseqüentemente, tornam-se cada vez mais exigentes. Cada vez mais exigem qualidade na prestação dos serviços, e isso reflectir-se-á também na educação e penso que positivamente. Por outro lado, uma nota de algum pessimismo no que diz respeito à política, não pelos aspectos mais tradicionalmente focados mas pelo facto do discurso político se ter deixado absorver pelo discurso económico, os grandes desígnios do país andam à volta das moedas e à volta das questões económicas. E a minha dúvida é se despolitizamos a política agora que precisamos cada vez mais dela. Eu acho que cada vez mais tem que haver sentido político, isto é, capacidade de nos pensarmos, e de pensarmos o futuro a partir de visões que não sejam meramente económicas.

Certamente não transmiti nenhuma visão especial sobre o que se está a passar, mas não vivo em nenhum observatório situado num ponto muito alto do universo que me permita perceber tudo o que se está a passar. Sou um comum mortal e tenho também uma visão construída de modo fragmentado. Não faço esta análise por causa do fim do milénio, do começo de outro milénio. Perturba-me pouco essa mudança, à excepção dos tempos que vivemos hoje. Coube-nos a nós estarmos aqui neste tempo e, portanto, é perante esta realidade que temos que agir.

Segundo ponto: Como é que a educação e a formação se têm conseguido aguentar neste barco? Eu penso que muito mal. E, certamente, a esse nível temos mais concordância do que discordância, embora eu gostasse de referir que não vou focar em particular aspectos muito precisos do sistema educativo. Vou, então, focar oito ou nove pontos que se prendem com o chamado **modelo moderno de educação escolar**, um modelo escolar dos chamados sistemas educativos que cresceu nos séculos XVIII e XIX e que hoje ainda é o mesmo.

Penso que, em termos globais, estamos a caminhar para uma situação em que o modelo moderno da educação escolar não vai aguentar muito tempo e vamos ter que o alterar. E é a este nível que eu quero colocar a reflexão. Um primeiro ponto refere-se à dificuldade que há em conciliar dois aspectos que tomamos como prioridades. Por um lado, é necessário que todos os cidadãos estejam na escola: cada vez mais se diz que todos devem estar na escola mais tempo, já é obrigatório até aos quinze anos, há-de ser até aos dezasseis... Já há países na Europa em que é até aos dezanove e vinte. Na Suécia, por exemplo, não é obrigatório mas cria-se todo um esquema social de funcionamento em que as municipalidades criam condições para dar formação de modo muito flexível aos jovens que têm entre dezasseis e vinte anos, mas o que é certo é que não sendo obrigatório para o cidadão torna-se uma obrigatoriedade para as instituições que actuam localmente. Será, de facto, muito totalitário dizer que os cidadãos devem andar na escola até aos vinte anos, mas o totalitarismo também existe quando se diz que é obrigatório até aos quinze, depende da maneira como o dizemos. O sistema que absorve hoje toda a população é o mesmo que absorvia uma elite há cinquenta anos em Portugal. É o mesmo e cresceu linearmente, ou seja, como se diz em Biologia, cresceu, não se desenvolveu. Há uma progressão linear e temos um sistema que acolhe todos mas que não é para todos, não está estruturado para ser capaz de acolher todos, porque acolher todos é acolher muita diferença, e quanto mais acolhe mais pluralidade e diversidade cultural tem dentro de si, até porque se são os mais refractários e os mais distantes culturalmente da escola os últimos a vir, são esses que agora estão a vir cada vez mais e a estar durante mais anos na escola. E, por isso é que há muitos abandonos, e por isso é que há muita saída desqualificada do sistema escolar. E a escola convive muito mal com isto. Certamente que o problema da desigualdade não é um problema

escolar, mas é um facto que a escola, como grande obreira da democraticidade e da igualdade de oportunidades no pós guerra em toda a Europa, tem claras dificuldades em atingir esses objectivos, sobretudo neste modelo único de pronto a vestir, desde a educação básica em que ainda domina um modelo mais ou menos igual para todos, havendo depois umas franjas que usufruem de umas soluções especiais, mas não há um modelo flexível para dar resposta à grande maioria das crianças e dos adolescentes.

Em segundo lugar é preciso pensar o que significa nós pensarmos a educação sob o paradigma da economia, o que significa, por exemplo, nós normalmente dizermos que é preciso educação ao longo da vida. É uma obrigação que nos vem de onde? A economia mudou... é preciso qualificar os recursos humanos... Porquê? “Porque hoje as empresas...” – o discurso é sempre o discurso económico, é raro que seja outra a razão principal para mudarmos a educação, e nomeadamente este modelo de educação escolar, que não sejam razões económicas. Ora aqui reside um dos grandes dramas. No pós guerra, nos anos 40 e 50, a questão económica era, de facto, uma questão central, mas hoje os problemas centrais não são de natureza económica. Nós, sobretudo se viermos a pensar o mundo de outra maneira, temos que dar prioridade também aquilo que eu chamo de multireferencialidade na forma como pensamos o desenvolvimento da educação. O referendo não pode continuar a ser quase exclusivamente o da economia, e esse é o que está no discurso dos políticos todos os dias. Melhorar a educação – as grandes paixões pela educação, em Portugal como em Inglaterra, têm por trás um discurso económico – é melhorar os recursos humanos: não são as pessoas, são as pessoas enquanto recursos para a economia. Um outro problema que este modelo tem é que quando foi pensado assentava num pressuposto – que hoje já não é verdadeiro – o de que havia instâncias de socialização primária que contribuía em muito para a socialização das crianças e dos adolescentes: a família, a Igreja ou as igrejas, a comunidade local, etc... Hoje essas instâncias de socialização não funcionam da forma que se tomava como pressuposto. Esses pressupostos não existem, não se cumprem na perspectiva tradicional. Logo, põe-se aqui a questão do que significa nós aceitarmos, nomeadamente como professores e como Centros de Formação, a tendência que cada vez mais cresce a nível internacional, e que em Portugal é claríssima, de se despejar sobre o terreno da escola as tarefas educativas que os outros pares sociais e as outras instâncias sociais não são capazes de enfrentar, nomeadamente ao nível da socialização.

O sistema da educação escolar não está preparado, não foi pensado para isso: não tem estrutura para isso, não tem dimensão para isso, não tem organização para isso. A minha posição é essa e, por mais que andemos aqui a dar voltas e a melhorar e a melhorar e a melhorar, não valerá a pena enquanto esta questão de fundo não for resolvida. Se quisermos que a escola seja a mãe de todas as tarefas educativas, se quisermos que o modelo escolar hoje assuma essa configuração de ser o grande espaço de educação e desenvolvimento humano, sem nunca se substituir à família nem a outros agentes, temos que mudar a organização do modelo escolar. Este modelo escolar não pode continuar da forma como está estruturado. Outro dilema é o da qualidade/quantidade. Nós continuamos a ter um sistema gerido nacional, central e burocraticamente, disso penso que todos temos consciência. Com mais ou menos melhorias, com mais ou menos autonomia dada às escolas, o sistema continua a ser nacional, continua a ser profundamente centralista e continua a ser muito burocraticamente organizado. E se tirarmos gente dos serviços centrais e fizermos crescer os serviços regionais é um saldo positivo porque aproximamos a administração dos administrados. Mas, ainda aqui, temos um problema muito complicado. O sistema é concebido numa lógica nacional e, neste novo contexto, temos que pensar no que significa cada instituição localmente, como é que podemos ajudar cada um a construir a sua identidade a partir do local e a inserir-se na sociedade. Portanto, se o grande problema, para além da formação inicial, é a inserção social e se na inserção social é a formação contínua, então, a dimensão da escola tem que ser outra. As escolas, antes de mais, têm que ser muito locais, muito enraizadas no local, têm que ser instituições educativas e não sistema educativo.

Cada vez mais temos que pensar: então, o que é que fica para o nível nacional? O que é o sistema nacional de educação? Nós já não vivemos no século XVIII em que era preciso consolidar o

Estado - Nação, nós vivemos noutra mundo, num mundo onde já não é esse o problema, e vivemos num contexto de grande globalização. Um aspecto que se prende muito com este é a ideia de que as escolas são e continuam a ser serviços locais do estado, apesar das autonomias, apesar dos passos que têm sido dados, e que eu não quero desmerecer nem desvalorizar, porque são importantes e vão num certo caminho de progresso, mas que estão construídos na mesma lógica, na mesma matriz do modelo moderno de educação escolar. E eu pergunto-me, na lógica do João Formosinho, se continuamos a precisar de serviços locais do Estado.

Outro ponto: as escolas produtoras de diplomados. Vejamos, do ponto de vista de quem está fora da escola, aquilo que a escola faz no fim da qualificação do 9º ano e do 12º. A escola está preparada até ao momento de afixar as pautas e, a partir daí, o que é feito do cidadão é uma coisa que não lhe diz respeito. Ora, há aqui qualquer coisa que não bate certo com o mundo de hoje, porque os grandes dramas vêm a seguir e a seguir, quer dizer inserção sócio profissional, quer dizer formação contínua ao longo da vida, quer dizer outras questões.

As escolas não podem ser produtoras de diplomados ao nível da formação inicial, têm também que ser instituições socialmente responsáveis por outros aspectos e outras dimensões da vida dos cidadãos e, assim sendo, o que acontece após a afixação da pauta tem que lhes dizer respeito. Outro aspecto a focar é que temos um sistema que cresceu sem controlo social. Portugal foi o país da OCDE em que a educação mais cresceu nos últimos vinte anos, também porque partimos duma realidade muito abaixo, mas hoje investimos anualmente mais de mil milhões de contos numa área onde cada vez mais os cidadãos se vão perguntar como é que isto está a ser gasto, com que resultados e com que melhoria de resultados de ano para ano. Nós hoje conseguimos atingir determinados resultados com o 1º ciclo, com a escolaridade de nove anos temos determinados resultados, e daqui a cinco anos, estamos melhor ou pior? Não sabemos. Se nem sabemos bem o que atingimos hoje, como é que vamos saber o que é que nos vai acontecer daqui a cinco anos?

O sistema está em roda livre, não tem controlo, tem umas estatísticas, feitas com muito esforço certamente, mas não tem controlo social. Portanto, este é um problema que a prazo vai ter que ser alterado porque a própria sociedade o vai exigir. Se, por exemplo, a qualidade já é uma questão central em cada empresa, isso vai-se estender a toda a sociedade e vai pôr problemas muito complexos à maneira como as escolas se organizam. As escolas não prestam contas do ponto de vista social, e o próprio Ministério da Educação não presta contas aos cidadãos nem publica resultados todos os anos de forma a que se possam comparar uns anos com os outros e para que se possa saber como é que se está a evoluir. Há países da Europa que, pelo menos, isso fazem, o que já ajuda bastante porque se fica a saber como é que o dinheiro está a ser gasto, sabe-se onde estão as falhas e pode-se atacar ali ou acolá, mas nós, assim, disparamos para todo lado e está sempre certo.

Finalmente, a formação inicial e a formação ao longo da vida. Este modelo escolar vai ter aqui um grande problema pela frente, é que quanto mais importante for a formação ao longo da vida mais problemas isso vai trazer à formação inicial. Nós costumamos pensar a Formação Contínua como uma espécie de adesivo, tínhamos o discurso da formação inicial e agora também temos o adesivo da formação ao longo da vida. Mas, a nível internacional, cada vez se pensa mais neste discurso, e as grandes interrogações são sobre a formação inicial. Então, que formação inicial para cidadãos que vão certamente ter uma formação ao longo de toda a vida? Ela é a mesma que era antes? Ela é construída da mesma maneira? Aos seis anos terá que se aprender a mesma coisa? E com as novas tecnologias da informação em redor, o que é isso da formação inicial? Vai-se aprender do mesmo modo e com as mesmas metodologias? Portanto, é outro mundo que se abre e ao qual se põem problemas delicados. Nós podemos não lhes saber responder mas não podemos deixar de os colocar.

Na **terceira parte**, então, algumas **linhas de força da educação para o século XXI**, alguns dilemas que seria útil nós resolvermos. E é uma parte mais breve porque já fui enunciando alguns aspectos e fui deixando a mensagem do que considero dilemas importantes do sistema educativo.

O primeiro ponto, e que me parece decisivo, é o da funcionalidade da educação. O investimento que um país faz em educação é por causa da economia? É por causa de obter recursos humanos qualificados? É isso que deve guiar-nos no sistema educativo? A sua funcionalidade é essa? Bom, eu suponho que, além da economia, da selectividade de escolher as elites e os dirigentes, de formar de uma certa maneira e em conformidade com uma certa ordem social, nós temos que colocar aqui claramente outros referenciais.

Segunda ideia: a escola tem que ser muito mais aberta, muito mais centrada no aluno na aprendizagem. Nós temos que ter escolas – locais de trabalho, temos que ter cada vez mais escolas oficinais, espaços de turma oficinais, de trabalho, de actividade, de pesquisa, de consulta, de hierarquização, de pensamento das coisas, numa lógica muito mais integrada e ao mesmo tempo aberta, e temos que ter menos em escolas – locais de consumo. Nós corremos riscos enormes quando fazemos com que os jovens permaneçam na escola anos e anos e anos e, muitas vezes, não porque é obrigatório mas porque não há emprego, porque não há saídas profissionais; e essa presença torna-se um consumo completo, os jovens consomem aulas e consomem testes como consomem outros produtos e numa lógica que é muito estranha ao desenvolvimento humano.

Trata-se aqui de ver se temos capacidade de reorganizar a escola, de reorganizar o modelo de modo a tornarmos o espaço turma muito diferente em termos de capacidades e de condições de trabalho. É interessante verificar que, no fim do ano passado, os jovens liceais franceses se manifestaram para exigirem escolas com condições de trabalho. Isto é uma espécie de paradoxo, de sinal dos tempos. Isto, na boca dos jovens dos liceus, é de facto sinal que há aqui alguma coisa que eles desejam ardentemente: é poder trabalhar os símbolos, trabalhar a herança cultural, trabalhar a informação que hoje recebem em catadupa. Pretendem trabalhar, hierarquizar, entenderem-se a si próprios neste mundo. Por outro lado, as escolas têm um papel insubstituível e cada vez maior, têm que ser fomentadoras da participação dos alunos e da sua responsabilização. Nós precisamos de construir espaços sociais que sejam espaços reais de responsabilização e não de irresponsabilização, na medida em que estamos a afastar as crianças, os adolescentes, os jovens do mundo. Já não se vai trabalhar com doze ou treze anos, e nessa altura aprendia-se o que era a vida e aprendiam-se certas responsabilidades e o exercício de certas responsabilidades; hoje, dentro do contexto escolar, estando lá até aos vinte e tal anos é complicado... Por seu turno, na escola inclusiva, apta a educar e a apoiar cada aluno, cada aluno é um sujeito que deve ser sujeito activo da sua existência, e é com isto que a escola tem que se preocupar, não é com os mandatos de economia. Mas, para isso a escola tem que se organizar doutra maneira. Tem que se organizar por equipas de professores e com equipas de alunos, não é mais possível o tipo de organização que nós ainda temos, numa lógica mais de sistema do que instituições. Por outro lado, são necessárias escolas em rede com todas as instituições que promovam conhecimento. Fala-se aqui na rede dos Centros de Formação de Associações de Escolas mas é preciso patrocinar outras redes entre instituições que promovam o conhecimento. Há muitas, eu sei, mas as parcerias locais têm que ser cada vez mais. A escola não pode continuar no pedestal que ensina o mais importante. Há muitas outras aprendizagens que são feitas a outros níveis e a escola tem que estar aberta a pensar nisso com essas outras instituições, desde uma biblioteca a um jornal local – tudo isso são factores de engrandecimento humano e de conhecimento. E, finalmente, escolas flexíveis, aptas a apoiar a aprendizagem ao longo da vida e abertas à inovação. Cada vez mais isso é um problema do sistema escolar no seu conjunto e do próprio ensino superior, que está a caminhar claramente neste sentido. Escolas capazes de ensinar o "saber fazer ser", para usar uma expressão do professor Manuel Patrício. É esse o grande desafio que se coloca à escola.

Nessa óptica, e em síntese, eu diria que, na linha do que proponho no Relatório da UNESCO para a Educação para o Século XXI, à educação está reservado o papel principal de dotar a humanidade da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento. É aqui que está o cerne da questão. Ela deve, de facto, fazer com que cada um tome o seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e das comunidades. A educação escolar para ter futuro e poder contribuir para o

desenvolvimento humano tem que ultrapassar as perspectivas estritamente utilitárias, mais ou menos exclusivamente vinculadas à qualificação do pessoal necessário ao mundo da produção, para se colocar como elemento constitutivo do próprio desenvolvimento, que tem por fim último o ser humano. Não vejo o desenvolvimento social como prisioneiro da economia. Educar, em termos escolares, será desencadear no ser humano todo o seu potencial de protagonista num processo de desenvolvimento social e num processo do seu próprio desenvolvimento pessoal. Mas como fazer? Como é que a educação escolar abandona a sua perspectiva utilitária e produtivista que tanto sucesso causou?

Diz a Comissão de Educação para o Século XXI que é preciso assinalar novos objectivos à educação e, portanto, mudar a ideia que se tem da sua utilidade. Esta deveria assentar, antes de mais, na concepção da educação como processo de revelação do tesouro escondido em cada um de nós. Aliás, o título do relatório é "O Tesouro Escondido". Além de ajudar a aprender a conhecer e a aprender a fazer, a educação escolar deve contribuir para a realização da pessoa que na sua totalidade aprende a ser. Para além destes dois pilares – aprender a conhecer e aprender a fazer – a Comissão assinala mais dois: aprender a viver juntos e a viver uns com os outros e aprender a ser. Estes são pilares centrais que devem proporcionar ao ser humano a tal capacidade para elaborar pensamentos autónomos e críticos e para formar os seus juízos de valor. E é isto que tem de mudar: a aceleração da mudança e a vertigem que percorre o quotidiano da nossa sociedade aconselham uma revalorização da imaginação, da criatividade e do exercício responsável da cidadania. É preciso mudar o modelo de educação escolar construído sobre o impulso directo para o crescimento económico, construído para apresentar quotidianamente uma gigantesca máquina de produção em série, típica duma época que velozmente parece caminhar para o seu fim, porque o tesouro escondido e a descobrir não mora no modelo moderno de educação escolar ou em qualquer outro modelo a fazer surgir no futuro, o tesouro escondido é cada um de nós. À educação escolar pede-se agora, retomando a antiguidade clássica e a perspectiva fulcral do desenvolvimento, que se centre na revelação do tesouro escondido em cada um de nós, escapando a quaisquer mandatos que não sejam o do desenvolvimento humano *de per se*. Este é o entendimento que eu tenho, embora perceba que vivemos num contexto de grande incerteza. E, como diz o historiador Oswald, quando os seres humanos enfrentam o que o seu passado não os preparou para enfrentarem, as pessoas tacteiam em busca de palavras para dar um nome ao desconhecido, mesmo quando não podem defini-lo nem entendê-lo.

E é isso que nós estamos aqui a fazer... em busca de palavras para dar um nome ao desconhecido! Felicito-os, pois, por esta iniciativa de estarem juntos à procura de palavras para enunciar um futuro melhor...

Após a comunicação foi promovido um espaço de debate. Alguns congressistas apresentaram as suas próprias experiências e deixaram em aberto alguma reflexões e questões.

Apresentamos algumas dessas questões e um breve resumo da posterior intervenção do Dr. Joaquim Azevedo:

- Será viável que não sejam definidas exigências em termos globais, deixando apenas que a escola defina as suas exigências médias, ou teremos de estabelecer alguns limites mínimos para serem alcançados e exigidos a todas as escolas?
- A economia tem servido e vai, com certeza, continuar a servir, de motor ao desenvolvimento da escola. É importante ter consciência de outros valores mas não podemos de forma alguma por de parte a questão do desenvolvimento económico porque ele serve de apoio a este processo.
- Qual será, em termos futuros, a função de uma educação profissional nomeadamente de um sistema de ensino profissional?
- O movimento de autonomia de gestão a tentar caminhar para uma autonomia pedagógica que se faz sentir nas escolas é uma tentativa de responder a problemas que existem ou será para dar resposta a uma escola que não necessita dessa resposta da autonomia e da flexibilidade?

Nós temos que pensar o sistema escolar de hoje considerando que em jogo se encontra o nacional, o local e o global. É evidente que há exigências que têm toda a legitimidade, como metas e objectivos que o governo estabelece. Temos é que saber conciliar estas metas e estes objectivos. Certamente terá a ver com a realidade multi-facetada, e temos a capacidade de atender a estes objectivos e a esta outra orientação do sistema. Por exemplo, a França divulga anualmente 20 ou 30 indicadores de performance do sistema educativo, situa o nível da aprendizagem e estabelece comparações com anos anteriores. Vamos partir do princípio que é preciso dar indicadores de como é que está a ser a real aprendizagem dos alunos e não é: o sistema funciona, os professores ensinam, os alunos estão a aprender... Estes alunos de hoje não são iguais aos de há 30 anos, são diferentes e estão supostamente a aprender da mesma maneira. Ora bem, isso é que é preciso averiguar para depois prestar contas à sociedade, e esta prestação de contas tem muito que ver com a visibilidade e a transparência.

Eu não disse que colocava de parte a economia como referencial da educação, eu disse é que a economia devia ser colocada no seu lugar, isto é, como um elemento de referência em torno de outros e propus uma lógica de multireferencialidade porque o que está em causa é o desenvolvimento da comunidade, é o desenvolvimento pessoal e a integração social. O que eu acho é que nós tendemos a absolutizar as questões económicas. Não há, por exemplo, nenhum Primeiro Ministro que diga que nós vamos desenvolver muito o sistema educativo português e vamos investir e melhorar a educação porque as pessoas precisam de se desenvolver, fala-se sempre dos recursos humanos qualificados para o desenvolvimento de Portugal, no contexto competitivo da globalização, etc. Ora, o que eu ponho em questão é que o discurso seja sempre este. As escolas profissionais têm que atender à formação, à qualificação profissional das pessoas. As pessoas têm que se inserir na sociedade, têm que se qualificar profissionalmente. O que eu ponho em causa é o modelo do ensino geral, constituído muito mais numa matriz colectiva do que numa matriz de desenvolvimento humano, não é o ensino profissional. O que eu digo numa escola que prepare para a vida profissional mais imediata, como uma escola profissional, é que deve atender também a outros aspectos do desenvolvimento dos jovens, deve ter um curriculum muito mais aberto, uma lógica de organização muito mais flexível que permita atender cada um, ajudar cada um a atingir os objectivos, ajudar cada um a qualificar-se e ajudar, depois, cada um a inserir-se na sociedade local e acompanhar o processo de inserção. Mas eu acho que não é o problema profissional que está em causa, o problema é a forma como uma escola se organiza. O problema central não é a questão da autonomia, a questão da autonomia é instrumental. Portanto, eu coloco-me ao nível da organização global da escola, que catapulte a potencialidade da autonomia. A autonomia é um bem, é um progresso, agora a organização é que teria de ser outra. Há experiências piloto, inclusivamente em Portugal, que não são avaliadas, não são analisadas, não são valorizadas no contexto nacional.

Eu representei Portugal durante alguns anos no organismo da OCDE, ouvi durante vários anos seguidos as pessoas dizerem que este modelo moderno de educação já estava esgotado, que a lógica de organização escolar estava sem capacidade de responder a muitos dos problemas novos, só que nenhum país ousava dar o salto para outra maneira de organizar o tempo escolar, para outra maneira de organizar equipas docentes.

É importante pensar numa lógica diferente. Se todos pensássemos a educação numa outra óptica, se calhar tirávamos outras ilações do ponto de vista organizacional. Nós não podemos ter um mundo que mudou tanto e que está a mudar tanto e uma lógica de pensar o sistema escolar como a que temos, como se bastasse dar mais autonomia às escolas para o problema se resolver. Esta é uma medida interessante num contexto de reorganização completa da escola, mas a escola não pode cumprir tantas tarefas educativas, a escola tem que dizer que não faz e, claramente, perante a sociedade tem que dizer isso até porque responsabiliza. As pessoas, enquanto pais, remetem as tarefas educativas para a educação escolar e nós vamos aceitando sem nos darmos conta de que ao carregar esses fardos todos sem a organização escolar ter mudado para podermos responder com dignidade, estamos a piorar a nossa imagem perante a sociedade. Mais valia que disséssemos que esta organização não serve!